

Inclusão Da Pessoa Com Deficiência No Contexto Escolar

Duartina Ana Dias
Universidade Federal de Uberlândia
duartinadias@gmail.com

Resumo: A questão a ser analisada nesse trabalho diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. Propomos-nos pensar o processo de inclusão da pessoa com deficiência, a partir de um breve percurso histórico dos movimentos sociais internacionais para que essa inclusão ocorresse. Compreendemos a inclusão como meio para o desenvolvimento intelectual e emocional das pessoas envolvidas.

Palavras-Chave: Inclusão; Políticas; Escola

Existem muitos problemas que cercam o tema da inclusão, tais como: que a pessoa com deficiência deveria frequentar escolas especiais porque lá teria assistência psicopedagógica adequada às suas limitações, o que a escola regular não poderia oferecer; os professores não têm formação que dê conta da demanda de lidar com as questões do aluno com deficiência; a estrutura física não é adaptada suficientemente. Essas questões estiveram presentes por algum tempo nas famílias, nas escolas, nos professores, na sociedade, mas é uma mentalidade que tende a se modificar ao longo do tempo, a partir das organizações sociais para isso.

A partir da década de 80 vem se discutindo a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência e pensando o modelo inclusivo em substituição ao modelo integrativo, uma vez que este último visa somente a adaptação do indivíduo à sociedade, e não sua inclusão.

Pensando numa breve contextualização histórica, temos os movimentos que eclodiram no mundo desde a década de 1980, a respeito do processo de inclusão social da pessoa com deficiência, passando pela concepção de integração desses sujeitos, até chegar às explanações sobre inclusão e a passagem do processo de integração para inclusão.

Sanchez (2005), fala dos principais movimentos sobre inclusão, dentre os quais: a “*Regular Education Initiative*”(REI), que tinha como meta a inclusão na escola comum das crianças com deficiência; Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994; e, A conferência do ano 2000, em Dakar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional

para a Educação para Todos”. Essas convenções e movimentos contribuíram para impulsionar a educação inclusiva no mundo.

Em 1990, na Tailândia, acontecia a primeira Conferência Mundial sobre Educação para Todos, promovida pela Unesco, com participação da Unicef, do Banco Mundial, ONGs, Organizações intergovernamentais. Discutia-se a necessidade de universalizar a educação básica e criar uma política de educação para paz, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. (MENEZES e THAIS, 2001).

Nesta conferência foram estabelecidas seis metas para educação de ordem mundial, em que se pretendia a inclusão no sistema educacional de um maior número de crianças pobres, igualdade de gênero, alfabetização de adultos, em especial mulheres, assim como a continuidade do processo de educação escolar.

Em 1993, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI estabelece princípios a serem aplicados ao processo educativo, porém nada especificamente sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino básico comum.

Ocorre nesse momento uma movimentação internacional com a proposta de inclusão da pessoa com deficiência no sistema de educação regular. Havia, portanto, a preocupação em fazer com que as pessoas com deficiência fizessem parte desse projeto de educação para todos, e para isso foi realizado a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994, Salamanca, na Espanha.

Essa Conferência sancionava o compromisso de incluir as pessoas com deficiência no sistema comum de educação. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), como ficou conhecida, coloca, dentre outras propostas que:

- Todas as crianças de ambos os sexos, têm como direito fundamental a educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios;
- As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

- As escolas comuns com essa orientação **integradora** representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, constituir uma sociedade **integradora**, e dar educação para todos, além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo benefício de todo o sistema educativo. [Grifos nossos]

O ideal de uma educação inclusiva é que todos envolvidos no processo tenham condições de se desenvolver em suas potencialidades, considerando, assim, a diversidade humana e não a tentativa de igualar todos no mesmo nível.

Fala-se da inclusão como um processo que supera a integração da pessoa com deficiência, uma vez que a integração poderia aumentar a distância entre a normalidade e a deficiência. Desse modo o sujeito integrado não é necessariamente ativo socialmente, ele apenas está ali, cercado pelas suas limitações, sendo tutelado. Mesmo assim, o movimento de integração tem sua importância histórica, em especial a integração escolar, pois, estabeleceu as primeiras tentativas, por questionar e rechaçar a segregação e o isolamento em que se encontravam as pessoas com deficiência nos centros de educação especial.

Sasaki (2005), afirma que o paradigma da inclusão tem uma das principais origens em 1981 com a *Disabled Peoples International*, uma ONG liderada por pessoas com deficiência que definem o conceito de equiparação de oportunidades. Segundo ele, toda estrutura física e de funcionamento da sociedade em geral deveria ser pensada, ou adaptada de tal forma que fosse acessível a todas as pessoas, inclusive com deficiências. Isso proporcionaria qualidade de vida.

Com relação ao paradigma da integração, Sasaki (2005), afirma que ela ocorre de três formas: 1) pela inserção pura e simples da pessoa com deficiência, que por mérito próprio conseguem utilizar serviços e os espaços físicos nos âmbitos sociais; 2) pela inserção de pessoas com deficiência que necessitam de alguma adaptação específica do espaço comum, e com isso conseguem conviver; 3) pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes delimitados e separados dentro dos sistemas gerais.

Há o entendimento que nenhuma dessas formas atendem a todas as pessoas com deficiência, considerando que a integração exige pouco da sociedade em termos de mudança de atitude.

No caso do processo de inclusão, quando bem aplicada, surge, dentre outros, os seguintes resultados imediatos: 1) as escolas regulares se transformam em unidades inclusivas; 2) os sistemas escolares se adequam às necessidades dos alunos, sejam pelo

viés arquitetônico, de comunicação, de metodologia de ensino, acessibilidade de instrumentos que favoreçam a aprendizagem, mudanças de atitudes.

Sanch (2005) propõe um quadro-resumo didático das principais diferenças entre integração e inclusão, que vale a pena destacar. Enquanto na integração temos: competição, seleção, individualidade, preconceito, visão individualizada e modelo técnico-racional; a inclusão inspira: cooperação, solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos e pesquisa reflexiva.

Mantoan (2005) levanta a problemática das transformações da escola comum, para atender a todos os alunos, considerando que a legislação brasileira resguarda direito à educação para todos. Nesse sentido, considerando os dispositivos legais, não se poderia negar atendimento educacional. No entanto, na prática, não é assim que acontece, devido ao processo histórico brasileiro de educação especial, que surge e se mantém no modelo assistencialista e segregacionista. Esse quadro começa a se modificar nas décadas de 1980 e 1990, quando as pessoas com deficiência começam a compor conselhos, fóruns e comissões.

Esse movimento da pessoa com deficiência, em estar ativo nas reivindicações, é fundamental para o estabelecimento de legislações e mudanças atitudinais, no que diz respeito aos mecanismos de inclusão. Isso impacta na transformação da mentalidade da sociedade em geral com relação à inclusão, haja vista o lema atual, presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008 e dos movimentos de luta pela inclusão da pessoa com deficiência: “Nada sobre nós, sem nós”.

Ropoli; Mantoan; Santos e Machado (2010), trazem uma ideia importante sobre todo esse processo. Segundo eles, a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Há o questionamento da fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão.

Nesse sentido, educação com qualidade para todas e todos só é possível se a escola se propor encarar as mudanças que são necessárias, nos seus diversos âmbitos e de acordo com as necessidades locais. “As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico - PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática.” (ROPOLI, 2010).

O ideal seria que o sistema educacional oferecesse uma educação inclusiva e com qualidade, que pudesse contar com incentivos governamentais participação efetiva da sociedade civil, mas, isso não corresponde totalmente à realidade. Embora tenhamos avançado na legislação, a prática cotidiana ainda é diferente em muitos contextos. Houve um aumento significativo de crianças com deficiência matriculadas, porém, a qualidade do ensino ainda fica comprometida.

Um dos importantes desafios enfrentados foi desconstrução do sistema de separação de educação especial, ou classes especiais dentro de escolas regulares, considerando que esse modelo de educação classificatória alimenta cada vez mais a segregação.

Existem vários elementos a serem considerados quando se fala de inclusão, e que podem ser resumidos, na práxis da construção de um sistema educacional inclusivo, sendo necessário reconhecer e compreender as diferenças, sejam elas culturais, de gênero, religiosas, étnicas, limitações físicas ou mentais, ou seja, colocar como foco a diversidade humana, e, favorecer a socialização de saber por intermédio das relações interpessoais. (ABENHAIM, 2005).

Mas, o que acontece hoje em um grande número de escolas é colocar como foco o conteúdo e não a aprendizagem, o que se almeja nessas escolas é a “formação” de um homem modelo preparado para o mercado de trabalho, que recebe uma carga de “conhecimento” já elaborada, onde que não se encaixa nesse modelo acaba excluído.

Freitas (2006), sobre as práticas educativas, defende uma pedagogia mediadora e centrada no aluno, rompendo com os preconceitos e rótulos. Desse modo, é necessário que a escola seja analisada em sua totalidade, enquanto instituição social, estruturalmente, quanto aos seus objetivos e posturas pedagógicas e ainda, quanto às metodologias e estratégias que utilizam para promover a aprendizagem dos alunos. É preciso deixar de ser mero executor de currículos e programas predeterminados, para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos alunos, considerando suas potencialidades e necessidades.

Rodrigues (2008), ressalta importância de compreender que a educação inclusiva não é só uma possibilidade, mas um direito dos alunos. Ele destaca que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida no âmbito das Nações Unidas, proclamava que:

“[...] os Estados reconhecerão o direito de todas as pessoas com deficiência à educação. Com vista à efetivação desse direito sem discriminação e com oportunidades iguais, os Estados membros assegurarão um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, e de aprendizagem ao longo da vida [...]”, (art. 24ª nº1) (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Para incluir é necessário considerar a diversidade. Isso é complicado em se tratando da inclusão da pessoa com deficiência, pois, no imaginário social, historicamente, se construiu a ideia de que o aluno com deficiência seria incapaz de desenvolver-se satisfatoriamente por possuir características que o impedem de participar do processo de aprendizagem com a mesma eficiência de um aluno “regular”.

Encontramos diversas justificativas que dificultam a inclusão. Para muitos profissionais da escola, as dificuldades de aprendizagem das pessoas com deficiência, acabam por atrasar a aprendizagem dos alunos sem deficiência. Isso justificaria a criação de classes especiais para esses alunos, e fortaleceria a cultura da integração.

A família, no momento de colocar a criança com deficiência em uma escola regular, muitas vezes não se sente segura, imaginando que o ideal mesmo seria manter essa criança em local onde ela teria todo acompanhamento especial de que necessita, além do mais estariam junto com seus “iguais”.

Muitos professores compartilham dessa visão e a justificam como não sendo preparados para lidarem com uma pessoa com deficiência na sala de aula, pois não receberam formação adequada para isso. Pode ser que imaginam que devam possuir todo um aparato de psicologia para conseguirem trabalhar com a pessoa com deficiência (em especial as deficiências mentais). Não são necessários pré-requisitos para que o professor possa trabalhar com o aluno com deficiência, é necessário disposição e determinação assim como para com qualquer outro aluno.

Com relação à formação dos professores, existem diversos cursos oferecidos por inúmeras instituições que proporcionam uma formação continuada para auxiliar o docente a pensar práticas pedagógicas que deem conta da demanda que ele recebe.

É importante entender que todas as pessoas possuem deficiências e estão sempre se aprimorando e procurando vencer seus déficits, isso faz parte da condição humana. Deve-se pensar cada pessoa como ser que está constantemente desenvolvendo seu potencial e a sociedade precisa se adaptar às necessidades de todas as pessoas que a compõe.

Para fomentar essa reflexão com relação ao debate inclusão/integração escolar e social, escolhemos também falar sobre o filme, baseado em fatos reais, “Meu nome é Rádio” que trata das dificuldades de inclusão da pessoa com deficiência mental no meio dito “normal”.

É possível identificar no filme em um primeiro momento, o interesse do personagem James (o Rádio), que tinha deficiência mental não identificada no filme, pelo esporte coletivo. Dentro de sua rotina, James passa pelo local de treinamento do time de futebol da cidade e fica à margem, observando o treino. Há a percepção de todos da cidade daquele indivíduo, que “vagava sempre por ali sem incomodar ninguém” (fala do filme), porém não havia interesse das pessoas em incluí-lo nas atividades sociais.

O treinador do time de futebol que é também diretor de esportes do colégio percebe o interesse de James pelo esporte. O primeiro conflito, no filme, envolvendo o personagem Rádio acontece quando esse sofre agressão por parte de seis integrantes do time de futebol que o amarram no almoxarifado do local de treinamento pelo fato de ter pegado uma bola que caiu fora do campo e a guardado para si. O treinador intervém e há nesse momento o primeiro contato dele com James. Desse encontro há convite por parte do treinador para James assistir aos treinos.

A partir desse momento começa o processo de inclusão de James (Rádio) no grupo e no local social em que vive. O treinador o incorpora ao time como ajudante técnico e como consequência há uma melhora significativa na convivência de Rádio com o meio, ele desenvolve melhor sua capacidade de comunicação e relação social e afetiva para com as pessoas que o cercam.

É um processo que parece mais difícil para as pessoas sem deficiência do que para Rádio, e isso pode ser claramente notado no discurso da diretora do colégio, quando o treinador tenta levar Rádio para um jogo fora da cidade junto com o time de futebol. A mãe de Rádio autoriza a viagem, mas a diretora não autoriza temendo que Rádio sofra algum tipo de ataque. Outro momento a ser destacado é quando o treinador leva Rádio para dentro da sala de aula e tenta alfabetizá-lo, a diretora teme que nos momentos em Rádio não esteja sendo assistido, ele possa oferecer risco aos outros alunos em algum momento de crise.

Identificam-se no filme, atitudes preconceituosas como as do pai de um dos alunos do colégio e integrante dos times de futebol e basquete (Jonie) que se opõe claramente à permanência de Rádio nos times. Outro exemplo de atitude preconceituosa é quando um policial novato na cidade prende James no dia de Natal porque ele se estava

distribuindo objetos como presentes para alguns moradores, presentes esses que ele mesmo havia ganhado dos moradores do lugar, porém o policial concluiu de forma arbitrária, devido ao “estado de saúde mental” de Rádio que ele havia furtado aqueles objetos.

O filme, que é baseado em história real, ajuda-nos a pensar sobre o processo de inclusão e tudo o que ele traz consigo em termos da necessidade de transformações de atitudes, de mudança do olhar e reavaliação o conceito de normalidade que carregamos conosco historicamente.

Abenhaim (2005) trata da proposta de inclusão do Plano Nacional de Educação que apresenta como discurso uma “escola de qualidade para todos” e que, no entanto não rompe com o modelo de “educação classificatória”, segundo ela:

A educação de cada povo (...) é construída a partir de a possibilidade de cada um participar do processo educativo, favorecendo a **socialização do saber, as relações sociais, a incorporação de valores**, as decisões sobre a qualidade de vida e a conscientização sobre a preservação da vida no planeta.

A consciência da importância da inclusão ainda engatinha, pois causa estranhamento, gera preconceitos e medos que acaba por mitificar essa inclusão. Os professores do ensino regular temem não conseguir desenvolver um trabalho satisfatório com o aluno com deficiência dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema educacional desenvolvido para o aluno regular.

Nesse contexto a teoria de Rogers, da terapia centrada na pessoa ou nesse caso da educação centrada no aluno se aplica. É necessário dar atenção que cada aluno necessita respeitando o que ele sente, de onde ele vem e o que ele é. (Barros, 1970)

Segundo Rogers, o professor deve desviar a atenção do ato de ensinar e criar condições que promovam a aprendizagem, e isso se dá através da interação humana de cordialidade entre professor e aluno.

Nesse viés, existem três condições básicas seguidas pelo professor que levam à aprendizagem: empatia, aceitação incondicional do aluno e autenticidade, quando existem essas três condições aplicadas na sala de aula, as crianças se sentem livres para aprender.

Deve-se abolir a educação autoritária, diretiva, centrada no mestre substituindo-a por uma educação democrática, centrada no estudante, que reconhece a educação

como responsabilidade dos estudantes, sendo que assim, eles têm a possibilidade de se tornarem pessoas autossuficientes, independente e responsáveis.

Rogers pressupõe que a pessoa é capaz de promover seu próprio crescimento, ela tem a tendência a desenvolver-se, autodirigir-se, reajustar-se, portanto, quando o professor, enquanto facilitador da aprendizagem toma uma atitude centrada no aluno, irá satisfazer em cada aluno a necessidade de compreensão e consideração.

Referências Bibliográficas:

ABENHAIM, Evanir. **Psicologia e Direitos Humanos – Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola**. Casa do Psicólogo. 2005.

BARROS, Célia Guimarães. **Pontos de Psicologia Escolar**. Editora Ática. 1970.

EDILENE A. R, MANTOAN Maria, T. E, SANTOS, M. T. C.T, MACHADO, R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. **A Escola Comum Inclusiva**. Brasília. 2010.

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. In: **Inclusão - Revista da Educação Especial** – Dez. 2006.

MANTOAN. M. T. E. A hora da virada. In: **Inclusão - Revista da Educação Especial** – Out. 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Conferência de Jomtien. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/conferencia-de-jomtien/>>. Acesso em: 18 de jun. 2017.

RODRIGUES, D. (2008). Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: **Inclusão: R. Educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2.

SÁNCHEZ, P.A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial** – Out. 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. In: **Inclusão - Revista da Educação Especial** – Out. 2005.

UNESCO, **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990, 8p.

UNESCO, **Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade**, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994. Genebra: Unesco, 1994.